



3º FÓRUM BRASILEIRO DOS DIREITOS DA NATUREZA

SUMÁRIO EXECUTIVO

31 de julho a 02 de agosto de 2026

INTRODUÇÃO

01

TERRA
VIVA
POVOS
VIVOS

O
FUTURO
nasce das
ÁGUAS
VIVAS

O 3º Fórum Brasileiro dos Direitos da Natureza foi realizado entre os dias 31 de julho, 1 e 2 de agosto de 2026, nas cidades de Ouro Preto e Mariana, em Minas Gerais. Nesta edição, o tema “Fortalecimento de redes de combate às mudanças climáticas” teve como objetivo principal contribuir para o Plano Clima do Governo Federal, por meio de ações de enfrentamento às mudanças climáticas até 2035. Ao articular a convergência entre diferentes atores socioambientais, comprometidos com a transformação das bases que estruturam a relação entre os seres humanos e a Natureza, o Fórum trabalhou com debates jurídicos, acadêmicos, expressões culturais e místicas, e formulações estratégicas para transformar reflexões em ações práticas e iniciativas de incidência, com base nos Direitos da Natureza.

O Fórum foi antecedido pela apresentação do projeto de pesquisa “Governando rios como pessoas jurídicas”, liderado por Denise Moura junto a outros pesquisadores(as) da UNESP e da Universidade de Leeds (Reino Unido). A pesquisa investiga novas formas jurídicas para abordar a questão dos rios, com base em práticas de parentesco, como uma maneira de lidar com a questão hídrica no Brasil. A pesquisa utiliza a cartografia social, que combina entrevistas com comunidades locais e cartografia histórica, a partir do compromisso de que as comunidades são parceiras de pesquisa e não apenas informantes.

A abertura do 3º Fórum em si aconteceu na cidade de Ouro Preto, no Parque Natural Municipal das Andorinhas, no Rio das Velhas-Uaimii, a partir do ato de permissão e de abertura do território, conduzido puramente por lideranças indígenas. Esse ato simbolizou o reconhecimento do território como um espaço vivo e a necessidade de estabelecer uma relação de respeito com a Natureza antes do início das atividades.

A glorificação da água e da Terra marcou esse momento, afirmando o entendimento de que a Água é a origem da vida, é parte da Natureza e de tudo aquilo que nos forma. Ela está presente não apenas nas lágrimas, sejam de tristeza ou de felicidade, mas também em todo o nosso corpo. A partir de cantos e reflexões a respeito da importância da Água, surgiram diversos questionamentos sobre a crise hídrica, por muitas nascentes estarem secando e sendo prejudicadas por queimadas e outras ações humanas, além do fato de que muitas pessoas não possuem acesso à água potável.

Após o ato de permissão, a abertura oficial do Fórum aconteceu no período da noite, no Anfiteatro do Horto dos Contos, também na cidade de Ouro Preto, e contou com uma roda de conversação com Vanessa Hasson, Cacique Leandro Tupinambá de Olivença, Cacique Danilo Borum Kren, Tatiele Monique Estevão, Raquel Pataxó, Pedro Rodrigues, Luiz Felipe Lacerda e as deputadas Célia Xakriabá e Beatriz Cerqueira.

Na roda, as lideranças destacaram a importância do coletivo para o reconhecimento dos Direitos da Natureza, que constitui o objetivo principal do Fórum.

A relevância do coletivo permeia o trabalho de elaboração e a estrutura desse Sumário Executivo, que reúne e registra os principais pontos de debate dos círculos temáticos do 3º Fórum Brasileiro pelos Direitos da Natureza, destacando os debates, reflexões e encaminhamentos construídos coletivamente e evidenciando sua relevância para o fortalecimento dos Direitos da Natureza, da justiça socioambiental e da atuação conjunta entre povos indígenas, comunidades tradicionais, movimentos sociais, pesquisadores e demais participantes.



Por Ana Luiza Silva e Moreira.
Lideranças indígenas e seus familiares.



Por Ana Luiza Silva e Moreira.
Participantes do Fórum no ato de permissão e abertura do território.

O documento está estruturado a partir de relatos sintéticos dos quatro círculos que compuseram o Fórum. Cada seção apresenta uma contextualização da atividade, os principais assuntos debatidos, as experiências compartilhadas e os encaminhamentos propostos pelos participantes, permitindo uma visão integrada das discussões realizadas e das estratégias construídas para a promoção e a defesa dos Direitos da Natureza.



Por Alessandra Sousa.
Rio das Velhas, no Parque Natural Municipal das Andorinhas.

ATERRA
FALA
É HORA DE
ESCUTAR

Infância, Adolescência e Juventude:

RESGATE DAS ALMAS; REENCANTAMENTO DO MUNDO; DISPOSIÇÃO AO BEM-VIVER; INFANCIALIZAÇÃO

Por Ana Luiza Silva e Moreira

O círculo lembrou que somos a continuidade das nossas infâncias e que não faz sentido discutir os direitos da Natureza sem partir delas. A presença da Hortênsia, de 8 anos, que disse que só permaneceria se pudesse brincar, atravessou todo o encontro e reforçou uma das principais reflexões do círculo: as crianças têm muito a ensinar sobre a relação com a Natureza e com o mundo.

O círculo lembrou que as crianças estão perdendo o direito de viver a Natureza, sem que isso seja responsabilidade delas. Foi discutida a importância de respeitar o tempo da infância, dada a aceleração das etapas do desenvolvimento, a antecipação da alfabetização e os impactos do uso de telas sobre aspectos fisiológicos e do desenvolvimento infantil.



Por Ana Luiza Silva e Moreira.

Brincadeira “Corre Cutia”, conduzindo as reflexões sobre infância, território, memória e direitos da natureza.

Diversas falas retomaram as próprias memórias de infância, quase sempre ligadas à Natureza, provocando a reflexão sobre quais lembranças estamos permitindo que as crianças construam hoje e o que estamos formando enquanto sociedade. O rompimento das barragens da Samarco Mineração, em Bento Rodrigues e Barra Longa, foi lembrado pela destruição dos espaços de memória e pertencimento.

O círculo abordou ainda outras formas de violação dos direitos das crianças. As falas sobre os povos Maxakali, Yanomami e Guarani denunciaram a mortalidade infantil, a dificuldade de viver e conhecer os próprios territórios, as violências contra crianças, a ausência de escuta institucional e a negação do direito à língua materna nas escolas.

Foi destacada a necessidade de reconhecer o território como espaço de memória, vínculo, aprendizagem e construção da identidade, valorizando pedagogias comprometidas com a toponímia e com os saberes tradicionais.

Os encaminhamentos reuniram propostas políticas e de fortalecimento das práticas educativas, especialmente a ampliação da educação ambiental crítica, o fortalecimento dos Comitês da Primeira Infância com práticas de escuta ativa e a construção de políticas públicas que garantam às crianças o direito de viver seus territórios, brincar, criar memórias e manter uma relação viva com a Natureza. Foi ainda sugerido o acompanhamento da Lei nº 15.190/2025, e do Projeto de Lei nº 2.225/2024, da deputada Laura Carneiro.

Direito Ancestral Comunitário:

DIÁLOGO ENTRE RIOS; ENCONTRO DOS COMITÊS GUARDIÕES DOS SERES MAIS QUE HUMANOS

Por Mariana Nunes

O círculo reuniu representantes e lideranças de diferentes territórios para compartilhar experiências relacionadas aos seres da Natureza com os quais mantêm vínculos, especialmente os rios. Conduzido por Vanessa Hasson, o diálogo buscou fortalecer uma articulação nacional em torno do Direito Ancestral Comunitário e dos Direitos da Natureza. Destacou-se que o direito ancestral constitui uma forma originária de reconhecer os seres da Natureza como sujeitos de direitos, valorizando conhecimentos e práticas preservados por povos indígenas e comunidades tradicionais, e a importância de reconhecer direitos específicos para cada ser da Natureza, considerando suas características e sua relação biocultural com as comunidades.



Por Mariana Nunes.

Dinâmica proposta por Vanessa Hasson de indicar os nomes dos seres da Natureza que cada um estava conectado em seu território.

As experiências apresentadas evidenciaram diferentes estratégias de resistência e incidência política. Foram destacados os processos do Rio Mosquito (MG), reconhecido como sujeito de direitos; do Rio Camacua (RS), diante das ameaças da mineração; do Rio Uaimií (MG), em construção legislativa; e do Rio das Mortes (MT), onde comunidades indígenas enfrentam os impactos das hidrelétricas e do agronegócio. Em comum, os relatos demonstraram que proteger os rios exige também preservar montanhas, nascentes, florestas, biodiversidade e os modos de vida que sustentam esses territórios.

O diálogo reforçou que a relação entre os povos e os rios antecede qualquer norma escrita e que os saberes indígenas e tradicionais devem ser reconhecidos como produção científica. Também se destacou que a degradação dos rios é percebida pelas transformações na vida das comunidades e pelo rompimento de suas relações culturais e espirituais.

Como encaminhamentos, foi proposto ampliar o reconhecimento jurídico de novos sujeitos de direitos e avançar na regulamentação dos Comitês Guardiões dos Seres Mais que Humanos. Também foram debatidos direitos específicos dos rios, como a preservação do fluxo natural, das nascentes e margens, o direito de permanecer limpo, desassoreado, com vida abundante, sombra e relações bioculturais preservadas, fortalecendo a articulação entre comunidades, povos indígenas, universidades e movimentos sociais.



Práticas Comunitárias:

**ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS;
VIOLÊNCIA CONTRA OS CORPOS; TECNOLOGIAS
SOCIAIS REGENERATIVAS; TECITURA DA
CONJUNTURA ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS**

Por Tallison Gomes

O círculo reuniu representantes de movimentos sociais, povos originários e tradicionais, organizações da sociedade civil e pesquisadores para a troca de experiências e construção coletiva de propostas voltadas a refletir sobre os Direitos da Natureza. A dinâmica se iniciou com uma mística de abertura, seguida da organização de grupos para que cada um apresentasse experiências concretas de práticas comunitárias desenvolvidas em diferentes contextos territoriais, envolvendo os temas: agroecologia, transição energética justa e popular, proteção dos rios e dos oceanos, mudanças climáticas, reflorestamento e conservação da fauna e da flora. Houve ainda uma mística coletiva em que os participantes depositaram as águas dos diferentes territórios.



Por Tallison Gomes.

Participantes do Círculo Práticas Comunitárias compartilhando experiências locais.

O Comitê Popular do Rio Pardo no Pantanal foi um exemplo apresentado, sendo um modelo de governança comunitária para a proteção dos rios da região. O Comitê instituiu um Dia do Rio para cada um dos corpos d'água representados, além de uma escola de militância para formação de jovens sobre o meio ambiente para o fortalecimento e resgate dos nomes originários dos rios. Outro exemplo compartilhado foi a prática Merom-Nak, da comunidade local Borum-Krem, que faz coleta de sementes da Mata Atlântica para reflorestamento.

As discussões evidenciaram a forte interdependência entre a proteção da Natureza, os modos de vida das comunidades e a garantia dos direitos de povos tradicionais e originários. A partir da troca de experiências, o círculo se consolidou como um espaço de fortalecimento de redes e da construção de caminhos para enfrentar os desafios climáticos e socioambientais de forma integrada e colaborativa.

Para tanto, os integrantes reconheceram a importância de fortalecer a educação ambiental, valorizar os saberes tradicionais, promover a governança participativa e rever os modelos de produção, consumo e exploração dos recursos naturais que intensificam as desigualdades socioambientais e a degradação dos ecossistemas. Valorizaram também a articulação entre movimentos sociais, organizações comunitárias, instituições públicas e diferentes formas de conhecimento para consolidar os Direitos da Natureza como prática política e social.

Pesquisa e Diálogos Múltiplos:

CONVERSAÇÃO ENTRE CIÊNCIA, ARTE E MODOS DE SER E VIVER DOS POVOS - APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

Por Alessandra Sousa

O círculo teve início com a Professora Raquel Pataxó (UFOP) conduzindo um ato simbólico de ocupação coletiva do palco, em que os participantes foram convidados a se apresentar no palco, ao som de uma música tradicional do povo Pataxó. A abertura reforçou a centralidade dos saberes dos povos originários e estabeleceu um ambiente de diálogo intercultural, evidenciando a pluralidade de perspectivas reunidas no Fórum.

A construção e os desafios dos Direitos da Natureza como horizonte ético, político e jurídico permearam o diálogo no círculo. A necessidade de uma virada paradigmática, baseada no ecocentrismo e na justiça ecológica, foi enfatizada, refletindo sobre o potencial de contribuição dos Direitos da Natureza para a formulação de políticas públicas.



Por Alessandra Sousa.

Participantes do círculo reunidos no palco.

Houve ainda uma reflexão crítica sobre os limites da incidência política nessa agenda, questionando como fortalecer a pauta a partir das realidades territoriais e alertando que, caso a linguagem dos Direitos da Natureza não dialogue com os povos indígenas e comunidades tradicionais e suas formas próprias de compreender a defesa da vida, será necessário revisar os próprios referenciais adotados.

O diálogo aprofundou a compreensão dos Direitos da Natureza como um campo em permanente construção e disputa de sentidos. Lembraram que o conceito emerge das cosmovisões e práticas dos povos originários e que existem disputas de narrativas decorrentes de sua crescente difusão. A ampliação da noção de dignidade para além dos seres humanos foi outro ponto de destaque junto à necessidade de enfrentar desafios relacionados à representação da voz da Natureza, e à incorporação dessa perspectiva na economia, na saúde e na educação, por meio de metodologias de aprendizagem mais abertas, interdisciplinares e conectadas aos diferentes modos de conhecer e viver.

O círculo se encerrou com a reflexão proposta pela Professora Helena Freitas (UFOP): “Para onde vão todas as palavras que foram ditas aqui? Para onde vai essa presença do Fórum que acaba amanhã?” O desafio agora é como transformar os diálogos construídos durante o encontro em ações concretas, articulações permanentes e compromissos coletivos capazes de fortalecer a agenda dos Direitos da Natureza nos territórios e nas instituições.



CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

07

As discussões realizadas no âmbito do 3º Fórum Brasileiro dos Direitos da Natureza, desde o pré-evento, reforçam a urgência de repensar e reconstruir a relação entre os seres humanos e a Natureza, de forma mais integrada, como a principal forma de responder às crises atuais relacionadas às mudanças climáticas. Para tanto, é necessário avançar rumo a uma mudança de paradigma, de forma que a Natureza deixe de ser vista e tratada como um objeto de exploração.

Os diálogos deixaram claro que o caminho é priorizar as perspectivas ancestrais, para que a Natureza seja reconhecida como detentora de dignidade e de direitos, redefinindo conceitos e saberes para uma renovação das bases que compõem as políticas públicas e as práticas em diferentes áreas, como as da economia, da educação e da saúde. As contribuições dos participantes dos círculos temáticos indicam que são muitos os caminhos para fortalecer as

práticas comunitárias, valorizar saberes tradicionais e consolidar a governança participativa para garantir os Direitos da Natureza.

No entanto, desafios persistem, especialmente para a integração da base comunitária à discussão e à ação locais, o que muitas vezes se torna um obstáculo para traduzir ideias e discussões em práticas concretas. Outro ponto de atenção é como articular melhor o diálogo e a integração da agenda dos Direitos da Natureza com outras frentes de luta, como a luta coletiva pelo território.

Assim, os diálogos do Fórum não podem se encerrar junto a esta edição, mas devem ser entendidos como um chamado à ação permanente, à descentralização do debate e à transformação em resistência ativa para avançar rumo à transformação do paradigma, como uma frente de solução para os problemas trazidos pelas mudanças climáticas e a consequente crise ecológica.



Por Alessandra Sousa.

Bandeirolas desenvolvidas coletivamente para o 3º Fórum Brasileiro dos Direitos da Natureza.

3º FÓRUM BRASILEIRO DOS DIREITOS DA NATUREZA



ARTICULAÇÃO BRASILEIRA PELOS
DIREITOS DA NATUREZA
— A MÃE TERRA —

**HARMONY
WITH NATURE**
Study Group

FACAMP
CERI CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Edição e Revisão:

Patricia Capelini Borelli
Patrícia Nogueira Rinaldi

Autoras e Autores:

Alessandra Sousa
Ana Luiza Moreira
Mariana Nunes
Tallison Gomes

Design:

Fabiano Junior

Fotografia da capa:

Mariana Nunes